



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Modalidade: trabalho completo

Representatividade de grupos minorizados no acervo de bibliotecas públicas e comunitárias: No contexto do feminismo interseccional

Representation of minority groups in public and community library collections: In the context of intersectional feminism

Larissa Pinheiro Lopes – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Giovanna Valentini Paiva – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Patricia S. P. Mallmann – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir a inclusão de um acervo que contenha literatura feminista, antirracista e LGBTQIAPN+ em bibliotecas públicas. Bibliotecas públicas e comunitárias sendo de caráter público, como espaços adequados para discussões sobre gênero, raça e classe. Considera-se a competência em informação uma ferramenta de empoderar minorias sociais. A metodologia, analisa nove livros de literatura infantojuvenil feminista, que abordam o empoderamento. Os resultados apontam o potencial da literatura como informação para combater discriminações. Conclui-se que a inserção de acervos de feminismo interseccional em bibliotecas públicas é uma forma de torná-las inclusivas e disseminar informações que empoderem.

Palavras-chave: bibliotecas públicas. bibliotecas comunitárias. inclusão social. feminismo interseccional. literatura infantojuvenil.

Abstract: This project aims to discuss the inclusion of a collection containing feminist, anti-racist and LGBTQIAPN+ literature in public libraries. Public and community libraries are considered appropriate spaces for discussions on gender, race and class. Information competence is considered a tool for empowering social minorities. The methodology analyzes nine books of feminist children's literature that discuss empowerment. The results show the potential of literature as information to combat discrimination. The conclusion is that the inclusion of intersectional feminist collections in public libraries is a way of making them inclusive and disseminating empowering information.

Keywords: public libraries. social inclusion. feminist movements. childrens books.





1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata sobre o estudo do projeto de pesquisa "Literatura infantojuvenil feminista: no contexto da informação social", que tem por finalidade analisar como a literatura infantojuvenil contribui com a ampliação e disseminação de informação social, construída com base em demandas de movimentos sociais, especificamente movimentos feministas, que envolvem questões étnico-raciais, de classe, gênero e sexualidade. Desta pesquisa está nascendo um projeto de extensão, denominado Crianças e Adolescentes Feministas (CriaFem), com a compra do acervo estudado e o planejamento de atividades de mediação de leitura com o público em geral, em bibliotecas comunitárias, públicas e escolares, assim como em espaços públicos de livre acesso. Levando em consideração a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária e o fato de que a extensão é uma forma de devolver à sociedade recursos pagos em forma de impostos, consideramos o caráter público da ação, tanto por contar com recursos públicos como por se destinar à sociedade.

Como já afirmava Vergueiro (1989, p. 30), ao discutir o desenvolvimento de coleções, “[...] a biblioteca, como uma instituição essencialmente democrática – principalmente pública –, deve atender a todos os membros da comunidade no que diz respeito às suas necessidades informacionais [...]”. Nesse contexto, é possível refletir sobre a importância da literatura feminista, antirracista e LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não binárias, Mais) nas bibliotecas de caráter público, considerando o sentido mais amplo de biblioteca pública como voltada ao público, em geral, e a uma comunidade, em especial. Esse tipo de biblioteca, conforme o Manifesto da Biblioteca Pública da International Federation of Library Association (IFLA) e United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (IFLA; UNESCO, 2022, p. 1) é:

[...] o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários. Ela é um componente essencial das sociedades do conhecimento, adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir sua função de fornecer acesso universal a informações e permitir que todas as pessoas possam fazer uso significativo da informação.



O acesso à informação possibilita que as pessoas possam exercer seus direitos, de modo que tornar a informação disponível a todos faz com que seu acesso seja democrático, universal e equitativo.

O projeto mencionado possui um acervo de 158 livros comprados de literatura infantojuvenil e em quadrinhos na temática feminista, envolvendo algumas subtemáticas: LGBTQIAPN+; antirracismo; empoderamento feminino; mulheres na Ciência e Tecnologia (C&T); meio ambiente; ativismo; desconstrução de estereótipo de gênero; profissão e releituras de contos de fadas. Para tanto, buscamos discutir a importância de incluir essas temáticas em atividades com crianças, adolescentes e adultos, a fim de contribuir no combate às discriminações presentes numa sociedade patriarcal, assim como no empoderamento de alguns grupos minorizados socialmente. Conforme bell hooks (2021), a conscientização e o debate social sobre a questão do feminismo, como forma de desconstrução da opressão de gênero, é um caminho necessário, desde a infância.

O feminismo se trata de um movimento de mulheres múltiplas e diversas. Em meados do século XIX ocorreu o que é considerado como a primeira onda do movimento feminista, a partir das reivindicações das sufragistas, especialmente pelo direito ao voto e à vida pública (Pinto, 2010). A segunda onda teve início na década de 1960, com a busca pela valorização das mulheres no mercado de trabalho e contra a violência sexual, assim como o direito ao prazer feminino. Nesse cenário se manifestou o feminismo radical. A terceira onda se iniciou a partir de debates e discussões que são postos nas outras ondas, tendo início na década de 1990. O movimento feminista negro ganha força em suas lutas, com Angela Davis, Beverly Fisher, entre outras; surge o feminismo queer e o feminismo interseccional, com o impacto das obras da Judith Butler (2010), com a qual se disseminou o discurso de que não existe apenas um sujeito mulher universal, mas sim mulheres com especificidades diferentes. As vertentes mais conhecidas do feminismo contemporâneo, que são influenciadas pelas diversas ondas, notadamente a terceira, são: a) feminismo liberal; b) feminismo radical; c) feminismo negro; d) feminismo interseccional; e) feminismo marxista. O feminismo é composto por diversas perspectivas que concordam e discordam entre si, mas que juntas compõem a luta contra a desigualdade de gênero e pela autonomia das mulheres na sociedade.



Visto que as bibliotecas públicas, que atendem ao público em geral, são locais de informação e construção de conhecimento, disseminando e mediando informação, as bibliotecas comunitárias também podem ser encaradas como públicas, isto é, de acesso a todas as pessoas. Conforme Fernandez, Machado e Rosa (2018, p. 18), a biblioteca comunitária “[...] é considerada pública pelo seu caráter de estar aberta e atender a todos, por possuir um acervo generalista, por oferecer serviços gratuitos e não pelo seu vínculo institucional ou sua personalidade jurídica”, sendo assim voltada à comunidade. Dessa forma, torna-se importante inserir nas bibliotecas um acervo diversificado e direcionado para fortalecer a comunidade.

À medida que compreendemos a importância da inclusão de temáticas feministas em bibliotecas e espaços públicos, consideramos, da mesma forma, a inclusão social de grupos socialmente minorizados e as vulnerabilidades que os cercam. Entendemos a competência em informação (CoInfo) com uma ferramenta útil nesse processo, pois auxilia na apropriação da informação social, sendo esta discutida no âmbito da Biblioteconomia social, crítica e progressista, pois, de acordo com Tanus (2022), a Biblioteconomia antes silenciava algumas discussões como de raça, gênero, classe e sexualidade, sendo essencial abordar essas questões nas bibliotecas, em diferentes contextos sociais e comunitários.

Portanto, este trabalho tem por objetivo discutir a inclusão de um acervo que contenha literatura feminista, antirracista e LGBTQIAPN+ nas bibliotecas públicas, examinando a importância dessa literatura para todas as pessoas, independentemente de faixa etária, classe social, gênero e religião. Para tanto, foram analisados livros de literatura infantojuvenil que abordam esses temas. Essa discussão, portanto, versa sobre incluir todos os indivíduos em espaços públicos, sobre a sensação de pertencimento na vida individual e coletiva, e sobre a importância da representatividade em ambientes públicos.

2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS

A biblioteca pública é um espaço para disseminar a informação e acessar a comunidade, para que assim as pessoas possam utilizar a biblioteca a partir dos recursos disponíveis. Em vista disso, o diálogo com a comunidade é fundamental para a biblioteca



de caráter público, pois é a partir dele que se torna possível compreender suas necessidades e como a biblioteca pode ajudar a supri-las, tanto no que diz respeito à formação do acervo como ao planejamento das atividades e serviços (Mallmann, 2023).

A partir do acesso a informações que incluam as diversidades da sociedade e de recursos necessários a esse acesso, a biblioteca ficará mais acessível e democrática. De acordo com Fernandez, Machado e Rosa (2018), em pesquisa envolvendo 143 bibliotecas comunitárias em diferentes regiões do Brasil, essas bibliotecas surgiram nas localidades a partir de objetivos individuais e coletivos, incluindo movimentos sociais LGBTQIAPN+ e com pautas de negritude. As autoras relatam como as bibliotecas se tornaram importantes para algumas comunidades no sentido de promover a leitura. Percebemos também, em nossa experiência com o projeto de extensão “Biblioteca Comunitária na Vila Residencial - UFRJ”, o quanto elas ampliam o acesso à informação, promovendo a prática da leitura e possibilitando a construção de conhecimento, tanto individual como coletivo.

As bibliotecas comunitárias surgem com o objetivo de agregar, de colocar a comunidade como o cerne do espaço, assim, Montes (2018) relata como a iniciativa partindo das próprias comunidades, torna possível romper com pressupostos de que foram excluídos ou não de algo significativo, para tanto, são espaços que democratizam o acesso e disseminam a informação. As bibliotecas comunitárias são o berço de cultura de certas comunidades, bem como em lugares periféricos que não possuem centros de cultura, cinema, teatro e afins, assim, proporcionando atividades para as pessoas e promovendo a cultura tanto local como externa (Fernandez; Machado, Rosa, 2018).

De acordo com Pinto (2013, p. 35) “[...] as bibliotecas comunitárias devem propor e levar adiante uma consolidação das memórias e das significações da comunidade, e por outro lado devem fornecer informações dos mundos que se interconectam com ela”, dessa maneira, representando a territorialidade e o enraizamento da comunidade, pois:

Em analogia às raízes das plantas, o enraizamento comunitário revela uma trama de relações que se retroalimentam, fortalecem e se expandem a partir de elementos em comum. Enraizamento engloba, nessa compreensão, sentimentos de pertencimento ao mesmo tempo em que envolvem a mobilização para participar de ações que contribuam para afirmar a existência e para manter ou fortalecer certa coletividade (Fernandez; Machado; Rosa, 2018, p. 103).



Assim, as bibliotecas comunitárias têm o potencial de representar a comunidade, suas raízes e histórias, e suas memórias, de modo a (re)produzirem representatividade e identidade social para as pessoas que pertencem à comunidade.

Já a visão de criar, proporcionar, incentivar e promover a leitura nesse cenário é fundamental para desenvolver a autonomia do indivíduo, como dizem os estudos paulo freirianos de desenvolvimento da autonomia e de não se deixar levar por pensamentos “quadrados”, por um conhecimento “bancário”, que consiste em apenas memorizar e depositar a informação sem criticá-la. Assim, Freire (1987, p. 40) diz que:

Esta concepção “bancária” implica, além dos interesses já referidos, em outros aspectos que envolvem sua falsa visão dos homens [das pessoas]. Aspectos ora explicitado, ora não, em sua prática. Sugere uma dicotomia inexistente homens-mundo [pessoas-mundo]. Homens [pessoas] simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens [pessoas] espectadores e não recriadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo especializado neles e não aos homens [pessoas] como “corpos conscientes”.

Portanto, é essencial que as pessoas tenham suas próprias consciências para realizar escolhas sobre o que lhes é apropriado, sendo que a biblioteca pode se tornar mediadora entre as pessoas e as informações. Logo, O Manifesto das Bibliotecas Públicas (IFLA; UNESCO, 2022, p. 4) diz que:

Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades em áreas rurais e urbanas, bem como às necessidades de grupos marginalizados, pessoas com deficiência, usuários que demandem atendimento especial, usuários multilíngues e povos indígenas dentro da comunidade.

Por fim, o acesso deve ser para todas as pessoas, sem discriminação de etnia, sexualidade, classe, gênero, religião e deficiência. A biblioteca pública deve cumprir o papel de disseminar e mediar informação, democratizar seu acesso e contribuir com a universalização do exercício de direitos, estendendo sua atuação a diferentes comunidades e grupos sociais e culturais. Refletindo sobre a formação de uma autonomia crítica, consideramos necessário o desenvolvimento de habilidades para uma melhor apropriação informacional, o que nos leva a pensar a ColInfo como ferramenta para as bibliotecas trabalharem com os grupos sociais minorizados.



3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DO EMPODERAMENTO DE GRUPOS MINORIZADOS SOCIALMENTE

A ColInfo é associada como uma forma de buscar, recuperar, avaliar e acessar informações. Lucca e Vitorino (2020, p. 22) concordam que “competência em informação é um movimento social e científico, que investiga processos referentes à busca, ao acesso, à avaliação, à comunidade e ao uso da informação”. Para tanto, ColInfo é útil em diversas vertentes, assim como na sua funcionalidade em bibliotecas públicas, servindo para auxiliar na busca do indivíduo e capacitar suas habilidades e autonomia no momento de recuperação da informação. A partir da ColInfo é possível desenvolver a autonomia das pessoas, de modo que facilitará não somente o acesso à informação, mas especialmente o alcance de seus objetivos.

A partir do momento em que transformam informação em conhecimento, é possível a emancipação da autonomia dos sujeitos, assim praticando influência no processo de conscientização e formação (Miranda, 2023). À medida que analisamos e entendemos o que é ColInfo e para que serve, podemos discutir algumas vertentes nas quais ela pode ser incorporada, assim como no empoderamento feminino e na literatura feminista; nas pautas LGBTQIAPN+ e nas perspectivas antirracistas e decoloniais, assim discutindo a inclusão social necessária para espaços públicos.

De acordo com Almeida, Farias e Farias (2020, p. 6), “o sujeito empoderado possui poder para tomar as decisões que direcionam suas ações na vida pessoal e coletiva”. As autoras afirmam que as pessoas protagonistas são aquelas capazes de colocar em prática o seu poder de decisão como forma de participar das transformações sociais e incentivá-las. Ponderam que “é preciso haver um equilíbrio para orientar a utilização das competências individuais na promoção de mudanças sociais” (Almeida; Farias; Farias, 2020, p. 8), sob pena de evidenciar as diferenças sociais e fortalecer as relações de dominação, no caso da concentração de poder em pequenos grupos, ou grupos específicos. Por isso consideramos essencial o trabalho informacional que empodere grupos minorizados, tendo em vista que:

[...] o protagonismo está diretamente relacionado ao exercício da cidadania em todos os níveis (individual, grupal e social) e [...] seu objetivo não é dominação, competição ou disputa por interesses individuais, mas sim, a defesa de questões que afetam os indivíduos em sua coletividade (Almeida; Farias; Farias, 2020, p. 8).



Há grupos sociais que são minorizados, como as mulheres, as pessoas negras e indígenas e a comunidade LGBTQIAPN+. Por isso é relevante considerar a ColInfo e especificar como pode ser pertinente na atuação em relação à falta de acesso à informação e conhecimento. Assim como relata Pellegrini (2021, p. 4), “trata-se de uma via de mão dupla: as desigualdades sociais e de gênero agravam a exclusão digital e informacional que, por sua vez, reforçam as desigualdades já existentes”; desse modo, compreender o contexto social da pessoa é essencial. Como cita Pellegrini (2021, p. 4), a partir do momento em que as mulheres não possuem acesso à informação, agrava-se a falta de liberdade e autonomia em diversas situações:

Assim, do ponto de vista social, se uma parte das mulheres não adota e/ou não conseguem usar as tecnologias e a informação, consideradas como recursos que, em princípio, contribuem para o desenvolvimento da democracia e para o aumento de oportunidades ao permitirem o contato com serviços de utilidade pública, como agências governamentais, postos de empregos, serviços comerciais e educacionais, isso gera desigualdades econômicas e sociais, bem como, reforça as já existentes [...].

Logo, Pellegrini (2021, p. 4) argumenta que a aproximação da “[...] ideia de competência em informação ao processo de empoderamento das pessoas” dialoga em desenvolver a independência da mulher, assim, não segregando as informações. Segundo a autora, a UNESCO (2017, *apud* Pellegrini, 2021, p. 5):

Sustenta que o empoderamento das pessoas por meio da competência em informação é um dos requisitos mais importantes para fomentar o acesso equitativo à informação e ao conhecimento e para promover meios e sistemas de comunicação livres, independentes e pluralistas.

Assim, o empoderamento é relevante para as pessoas à medida que desenvolvem autonomia para tomar as próprias decisões; entretanto, o enfoque do empoderamento feminino está ligado à conscientização e ao poder coletivo das mulheres (Sandenberg, 2018). A partir do momento em que as mulheres percebem que se empoderar está do pessoal para o coletivo, inicia-se a libertação das amarras da opressão de gênero patriarcal (Sandenberg, 2018). Portanto, para Sandenberg (2015; 2018, p. 18):

[...] “empoderamento para a libertação”, na qual as relações de poder são vistas como questão central, tomando o empoderamento de mulheres tanto como “processo pelo qual as mulheres conquistam autonomia, quanto como um instrumento para o desmonte das estruturas patriarcais”.



Logo, é imprescindível que as mulheres possam caminhar em direção ao empoderamento para poder ser donas de si mesmas, pois assim é possível compreender além da visão patriarcal. O feminismo aqui abordado está ligado com o significado de empoderamento coletivo, isto é, Rai (2007 *apud* Sardenberg 2018, p. 18) relata que:

Nessa perspectiva, empoderamento não é entendido como algo que possa ser dado ou repassado para outrem, mas sim, tal como se dava nos grupos de conscientização feministas, como um processo de auto reconhecimento e reconhecimento das desigualdades de gênero, bem como do “direito de ter direitos” e de agir no sentido de provocar mudanças estruturais em prol de uma sociedade mais igualitária.

O “direito de ter direitos” é poder ter o direito de ir e vir sem interferências externas, isto é, ter de lidar com a desigualdade de gênero que existe na sociedade e que é acentuada em diversos âmbitos. Todavia, segundo Saffioti (2015, p. 124), “[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas”, ou seja, gênero é uma construção social, por isso é necessário rebater essas desigualdades. A desigualdade de gênero é acentuada na sociedade, por isso quando enfatizamos a necessidade da competência em informação voltada para os grupos sociais minorizados, bem como para a emancipação das mulheres, acarreta entre o conhecimento e acesso irrestrito à informação por todos, dessa forma podendo enfrentar preconceitos sociais, culturais, raciais e de gênero (Miranda, 2023).

Do mesmo modo que as mulheres sofrem com preconceitos e desigualdades, a comunidade LGBTQIAPN+ também vivencia essa realidade, e esses preconceitos podem agir diretamente nos comportamentos e atitudes que a comunidade irá ter. Garrido, Azevedo e Palma (2011) dialogam sobre a cognição social e os comportamentos sociais, e sobre como as pessoas agem, tanto fisicamente como socialmente, sobretudo que o indivíduo está mais preocupado em buscar sua verdade do que entender o contexto social no geral (Garrido, Azevedo e Palma, 2011). Assim, pode-se dizer que o indivíduo age conforme suas crenças, valores e verdades, de tal modo que seu contexto social irá ditar seus pré-conceitos em relação a outras pessoas.

Para tanto, o entendimento dos comportamentos e atitudes das pessoas em sociedade é relevante para estruturar como a competência em informação é benéfico para a comunidade LGBTQIAPN+, bem como diz Rodrigues (2012 *apud* Silva; Vitorino, 2023, p. 6):



[...] que há muitas definições de atitudes, mas que uma grande parte inclui dois principais elementos: a existência de um sentimento pró ou contra um objeto social e; a existência de uma estrutura cognitiva relativamente duradoura.

Portanto, as atitudes definem o sentimento de pró ou contra um sujeito; assim, Silva e Vitorino (2023) apresentam competência em informação para as comunidades sociais na luta de valores por justiça social para combate às desigualdades sociais e vulnerabilidades de um determinado grupo, como no caso das pessoas LGBTQIAPN+, mulheres e pessoas negras. Assim, fortificando a comunidade e sua luta contra a discriminação, bem como para as pessoas negras que sofrem o racismo, é primordial ressaltar a necessidade da educação antirracista, assim vinculado com a CoInfo, Oliveira e Candau (2010) abordam sobre a pedagogia decolonial e os autores entendem que é uma prática educativa antirracista e que promove discussões sobre vertentes históricas, epistêmicas que se diferem à lógica dominante eurocêntrica.

O pensamento decolonial abre caminhos para a pluralidade de vozes, assim se desprende da lógica de um único mundo possível (lógica da modernidade capitalista) Righetto (2021). Decerto que a competência em informação como ferramenta para transformar a informação em conhecimento e como diz Freire (1987) sobre a autonomia do indivíduo em construir seu pensamento crítico. A competência em informação age como meio político e social, visto que Righetto, Karpinski e Vitorino (2021) discutem sobre a competência em informação e a interculturalidade, sendo está situada na perspectiva de transformação estrutural e sociohistórica, bem como diz Candau (2010, 2020) que define a interculturalidade como “Caracterizo este processo como uma ‘construção plural, original e complexa’”.

Portanto, a competência em informação como ação para a educação antirracista e bem mais que o indivíduo aprender avaliar, buscar e recuperar a informação, American Library Association (Ala, 1989) e sim “competência sociopolítica essencial para a construção e a manutenção de uma sociedade de pensamentos e culturas-outros, verdadeiramente democrática, em que as pessoas fazem escolhas conscientes e são capazes de determinar o curso de suas vidas” (Righetto; Karpinski; Vitorino, 2021, p. 15).



4 METODOLOGIA

Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla, e analisa livros de literatura infantojuvenil com as temáticas feminismo, antirracismo e LGBTQIAPN+, discutindo a importância desse acervo em bibliotecas de caráter público, como forma de disseminar e mediar informações capazes de empoderar grupos minorizados socialmente. De forma empírica, foram analisados livros de literatura infantojuvenil com orientação feminista do acervo do projeto CriaFem, que possui atualmente 158 livros infantojuvenis e em quadrinhos com temáticas do feminismo interseccional, envolvendo tanto biografias individuais e coletivas como histórias de ficção e poesia.

Foram selecionados nove livros de forma intencional, buscando representar três diferentes grupos socialmente minorizados e/ou discriminados: mulheres (2 livros), pessoas LGBTQIAPN+ (2 livros) e pessoas negras (2 livros). No que diz respeito às mulheres foi selecionado um livro com a perspectiva de empoderamento feminino e um de combate à violência sexual. Em relação às pessoas LGBTQIAPN+, os livros escolhidos retratam tanto um romance entre duas meninas como a discussão acerca da identidade de gênero. Já os livros que retratam pessoas negras apresentam meninas negras como protagonistas e reforçam suas características estéticas e culturais no combate ao racismo. Por fim foram analisados também três livros que buscam desconstruir estereótipos e papéis de gênero impostos pela sociedade patriarcal. Esses livros, como uma amostra selecionada de forma intencional (Gil, 2011) do acervo do projeto CriaFem, representam informação social (isto é, construída socialmente) sobre questões de gênero e etnia, assim como formas de dialogar com crianças, adolescentes e, mesmo, pessoas adultas. As análises dos livros foram feitas de forma livre e interpretativa, com olhar para a disseminação e mediação dessa informação social em bibliotecas de caráter público.

5 LITERATURA INFANTOJUVENIL COMO INFORMAÇÃO SOCIAL

Ao tratar de informação social, deve-se ter em princípio as questões sobre como a informação é tratada atualmente. Em meio a um viés do advento das tecnologias da informação e comunicação (TICs), em que as informações são projetadas a todo instante, mediante um cenário da vulnerabilidade social, entende-se que a informação



que chega não será a mesma para todos e, por vezes, não chega para todos. Dentro desse cenário, é perceptível a importância da existência de bibliotecas públicas e comunitárias pois, mesmo diante da internet, a biblioteca ainda é um local onde a informação é para todas as pessoas, pelo fato de possibilitar agregação comunitária e mediação de informação de forma lúdica

Para a Biblioteconomia, o conceito de informação social é estudado tendo em vista que os fenômenos humanos são, por si só, complexos, devido às diferentes culturas, constantes mudanças na sociedade, questões políticas, entre outros. Diante disso, Cardoso (1994, p. 111):

[...] toda informação é social. Entretanto, quando adotamos esta terminologia como definidora de uma área de estudo, o fazemos como recurso pedagógico que permite identificar o conhecimento e analisar metodologias acerca da produção, organização, disseminação, consumo e incorporação da informação, enfatizando a diversidade de processos e relações que ocorrem no cotidiano dos indivíduos, segmentos, classes e instituições sociais.

Assim, entendemos que, além das mudanças na sociedade, é importante salientar que o conhecimento é algo empírico, isto é, a informação por vezes é interpretada ou entendida de mais de uma forma. Ainda no cenário das desigualdades e vulnerabilidades sociais, é indispensável mencionar a existência dos leitores do mundo, aqueles que entendem o mundo e a sua volta através das suas próprias vivências, em que a informação é contextualizada a partir da realidade que conhecem, conforme Freire (1982a, p. 9), que uma vez afirmou: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Com isso, é possível visualizar o ponto de vista de que toda informação é social, pois está inserida no contexto social e cultural dos indivíduos e de seus grupos.

Além disso, Cardoso (1994, p. 111) afirma que a realidade é mudada o tempo todo, está em constante movimento e construção e que “conhecimento é apenas uma possibilidade, dentre outras, de aproximação da verdade, consideramos que o objeto de estudo da área de informação social deve ser apropriado...”, além de ser necessário analisar o contexto no qual aquela possível informação está inserida e o contexto daqueles que vão recebê-la, os fenômenos sociais que assolam a sociedade, e, claro a relação entre indivíduo e sociedade, bem como sua pluralidade existente.

Para fins de pesquisa e conceituação, a informação social pode ser visualizada em recortes, como por exemplo o teórico, o prático e o teórico-prático. Tais recortes



são apenas uma forma de organizar para ampliar a ideia da informação como algo social, afinal:

Na medida em que buscamos compreender e sistematizar o real construído pelas relações sociais em sua historicidade, percebemos as contradições aí localizadas e abrimos o caminho de alternativas para sua superação através da exposição de um saber, que mais e mais precisa ser publicizado como garantia de uma sociedade menos desigual (Cardoso, 1994, p. 114).

Para tanto, é preciso reconhecer a vida das pessoas como um todo, ou seja, como é o contexto de cada um, o conhecimento, o agir, o ponto de vista para assim entender como as informações chegam e são “lidas” por cada um (hooks, 2009).

Tais temáticas são de extrema relevância para a sociedade, visto que, usar a literatura para mediar tais informações é uma forma não só mais “leve” mas também com mais didática, afinal, as bibliotecas públicas e comunitárias possuem como enfoque atingir todas as pessoas, inclusive as que se encontram mais próximos de uma vulnerabilidade social.

Em relação ao empoderamento feminino, um dos livros selecionados é “**A moça Tecelã**”. Colasanti (2014) narra a história de uma moça que amava tecer tudo o que gostava, desde belos horizontes até tapetes, e sentia-se muito feliz e realizada dessa maneira. Contudo, ao passar do tempo, a moça começou a se sentir sozinha e queria ter uma companhia, ou seja, decidiu tecer um marido para poder ter alguém ao seu lado. No início, a vida era mil maravilhas e muito bonita; porém, o marido observou que sua esposa podia fazer belos bordados e bordar de tudo um pouco, assim, ele começou a mandar ela tecer tudo que desejava. A moça tecelã começou a ficar infeliz com a vida que estava levando, apenas sendo mandada e obedecendo ordens, até que um certo dia decidiu se libertar e ser livre de novo; então decidiu desfazer tudo o que havia tecido, a começar pelo marido. Essa narrativa discorre sobre como a mulher pode acabar se tornando submissa e perdendo sua voz, mas também como ela pode “tomar as rédeas” de sua vida e ter suas próprias decisões. Então é um exemplo de como é importante a mulher não se silenciar e se deixar perder a liberdade e a autonomia dentro de um casamento, de modo que possa ser livre e independente da relação que se encontra, bem como, encontrar a força e o empoderamento feminino.

De certo que as crianças estão em desenvolvimento e precisam de orientação, apoio emocional e educação de seus responsáveis, com isso, é fundamental que os



responsáveis estejam sempre atentos e sejam capazes de orientar seus filhos para que não ocorra nenhuma situação inadequada. Conforme descrito por Taubman (2021) em seu livro "**Não me toca, seu boboca!**", a história apresenta sobre como o encontro do tio gentil e feliz acaba se tornando um pesadelo, do qual a personagem principal Ritoca passou, mas consegue escapar. Com isso, Ritoca e seus amigos compreendem que não podem ser tocados por nenhum sujeito, muito menos por familiares e conhecidos. Assim, a narrativa discute sobre violência de gênero e abuso sexual, no qual apresenta situações inapropriadas onde ensina as crianças a se proteger e não deixar com que terceiros tenham nenhum tipo de contato, assim, reconhecer a relevância de discutir sobre a violência e abuso de gênero com as crianças e adolescentes.

Sobre as questões LGBTQIAPN+, um dos livros selecionados conta a história da personagem Raquel, em "**A bolsa Amarela**" (Bojunga, 2021), que coloca todas as suas vontades (uma delas de pensar que queria ser um menino) em uma bolsa amarela, assim, reprimindo suas verdadeiras vontades e o seu "eu". Entretanto, nesta narrativa Raquel pensava que tinha que ser um menino, pois gostava de fazer coisas ditas de "menino", pois seus pais e adultos à sua volta lhe diziam que se comportava como um menino; porém, no decorrer na história, Raquel percebe que tudo bem gostar de brincar com brincadeiras "de menino" e se identificar como uma menina, assim, sendo livre na própria pele. Essa história abre espaço para a discussão a respeito da identidade de gênero, além de abordar também a questão dos papéis de gênero impostos pela sociedade.

Em sequência, Alves (2019), no livro "**Conectadas**", aborda o romance jovial e LGBTQIAPN+, de modo que a narrativa relata sobre a descoberta de si mesma e do amor entre duas meninas, acima de tudo um amor construído a partir de gostos em comum, sendo um deles o jogo de Role-playing game (RPG), e acabam se tornando parceiras no *game* virtual, assim, desenvolvendo o interesse emocional mútuo. Entretanto, uma das personagens, a Raíssa, se passa com o apelido no jogo de Leo, utilizando o nome e a personalidade do seu melhor amigo; dessa maneira, Ayla acaba criando sentimentos por Leo, mas Ayla não sabe que Leo na verdade é Raíssa. A história narra os acontecimentos de modo leve e fluido e, com isso, apresenta a relevância da representatividade do amor homoafetivo e sem discriminações, isto é, de poder ser livre para amar quem realmente



se ama, além de amar a si mesma sem preconceitos internos. O final da história é bonito e genuíno para Ayla e Raíssa.

Em “**Tayó em quadrinhos**”, Oliveira (2021) aborda o feminismo negro e assuntos como machismo, racismo e ancestralidade. A história em quadrinhos é contada por Tayó, que é uma menina empoderada e que sabe o que quer, ela apresenta diálogos sobre o racismo, a ancestralidade e pertencimento das pessoas negras. Por meio dessas histórias em quadrinhos, Tayó argumenta sobre como é importante falar sobre identidade, preconceito e pertencimento, assim, celebrando quem são e lutando pela igualdade de direitos e reconhecimento, bem como a relevância da representatividade negra, ainda mais para as crianças e adolescentes, sendo peça chave o público infantojuvenil poder se identificar e não ter a exclusão e racismo. Uma fala da personagem do livro é interessante, pois diz: “[...] a falta de educação das pessoas dói mais na gente do que nelas. O importante é se defender e manter a cabeça erguida” (Oliveira, 2021, p.13).

Da mesma forma, o livro “**Sulwe**”, de Nyong’o (2021), afirma a beleza da pele negra, retratando o processo de aceitação da personagem por ela ter a pele mais escura do que das outras pessoas. Sulwe é uma menina que não gostava da própria cor de pele, e tentava de tudo para ser mais clara, desde apagar sua pele com borracha até produtos alimentícios que eram mais claros. Ela tentou diversas alternativas para mudar quem era, não conseguindo mudar seu tom de pele, Sulwe decide se abrir para sua mãe e contar sua insatisfação, de modo que sua mãe mostra a beleza de ter a pele escura e que está tudo bem, assim Sulwe não precisa mudar quem ela realmente é.

Acerca dos estereótipos e papéis atribuídos socialmente a meninas e meninos, no livro “**A história de Júlia e sua sombra de menino**”, Bruel (2020) conta a história de Júlia que sempre gostou de fazer atividades ditas de menino. Seus pais sempre a chamavam de moleque e afirmavam que ela tinha comportamentos de menino, até um certo dia sua sombra se transformar em uma sombra de menino e Júlia começa a questionar sua identidade. Ao decorrer da história Júlia percebe que está cansada de as pessoas nominar ela como menino, Júlia quer ser apenas Júlia, independente de algo ser dito de menino ou não. Portanto, este tipo de narrativa nos traz a reflexão de como na infância as crianças se percebem e desejam viver como realmente se identificam.



O livro “**Pode Pegar!**” trata-se de uma coelhinha e um coelhinho que pegam acessórios de vestimenta um do outro, desde um momento que ele pega uma fruta no alto e ela empresta seu salto; até ela atravessar o riacho e pegar a bota dele. Tokitaka (2017), nesse livro, retrata a desconstrução de estereótipos de gênero, apresentando que roupas e brincadeiras não têm gênero específico, visto que o fundamental é se sentir confortável e feliz com o que veste e com o que se brinca, isto é, não ferindo a ninguém, e como principal, a si mesmo. Em princípio, demonstrando que independente do gênero, o indivíduo pode ter liberdade de escolha, principalmente as crianças, com isso, este livro pode ser utilizado como debate para os pais analisar e desconstruir essas camadas de “roupa de menino”, “roupa de menina”, “brincadeira de menino” e “brincadeira de menina”, isso é retratado em partes da história em que coelhinho usa um sapatinho de salto da coelhinha, demonstrando o interesse dele em algo que é visto socialmente como algo “de menina”, isso traz decerto que tem a possibilidade de respeitar e entender o que cada criança é, desconstruindo o preconceito em si.

Similarmente, no livro “**Ilha das Lágrimas**”, escrito por Xavier (2020), é pontuada a desconstrução do estereótipo de gênero, no qual o personagem, sendo um menino, não queria reprimir suas emoções e sim expressá-las, de modo que aborda sobre a cultura do machismo, isto é, o homem não pode demonstrar seus sentimentos. No entanto, a narrativa traz consigo a desconstrução do machismo, assim, discute-se a importância de apresentar para as crianças, principalmente, para os meninos, que está tudo bem em verbalizar, externar e expressar o que se sente. A história do livro traz a relação entre avô e neto, em uma conversa em que o menino conta ao avô a necessidade de expressar aquilo que sente, pois sentiu vontade de chorar sem entender o motivo. Assim, o avô conta suas aventuras demonstrando que em cada lugar de suas aventuras, percebia diversas emoções. Desse modo, para explicar isso, o avô conta que encontrou em uma ilha plantas e que cada uma seria a de uma razão que pode nos fazer chorar - a planta da tristeza, alegria, dor, saudade. Depois de ouvir toda a história, o menino descobre a razão pela qual deseja chorar e incentivado pelo avô, ele conta a razão que é a saudade que ele nutre pela avó. O avô então também diz que sente saudade e demonstra ao neto que é normal sentir a vontade de chorar e muito além, a vontade e necessidade de saber se permitir sentir e expressar aquilo que sente.



Entendemos que a leitura é uma forma de educar, bem como é uma forma de quebrar certos estigmas que a sociedade se habituou, além de ser uma forma de melhorar o bem-estar das pessoas nas esferas da sociedade que se é possível ler no acervo. Além disso, é uma forma de localizar a origem de alguns problemas existentes e, assim, criar medidas para superar tais questões, usando a literatura como ponte e fonte desse projeto.

Logo, identificar estas narrativas e incluir esta literatura em espaços públicos é relevante, pois pode acarretar percepções e entendimentos dos pais sobre seus filhos e para a própria comunidade LGBTQIAPN+ serem representados nas literaturas e poder se identificar. Da mesma maneira da inclusão de literaturas feministas, antirracistas é fundamental para poder construir percepções coerentes, novas e dignas, assim, desconstruindo estereótipos de gênero; realizando a educação antirracista e propor um acervo equitativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a biblioteca pública e comunitária como meio para inclusão social no contexto do feminismo interseccional é enfatizar a importância da inclusão de literaturas feministas; literatura sobre educação antirracista e da comunidade LGBTQIAPN+ no acervo dos espaços públicos. É compreender a existências de grupos vulneráveis na sociedade e entender o contexto social no qual o indivíduo está inserido. Com isso, analisar a realidade dos grupos vulneráveis socialmente e incluir eles na sociedade a partir da capacitação da competência em informação.

O feminismo é um movimento social e, segundo Tiburi (2019, p. 11), “[...] nos leva à luta por direitos de todas, todes e todos”, pois ainda de acordo com a mesma autora é para todas porque são as mulheres que levam adiante a luta; por todes porque o feminismo proporcionou as pessoas a serem livres e se identificar como realmente são e por todos porque a luta engloba a todos os indivíduos independentes do gênero (Tiburi, 2011). Sobretudo, temos o feminismo interseccional, que abrange todas as pessoas. O feminismo conversa com a luta por direitos das minorias, assim como a prática da competência em informação no contexto do empoderamento dos grupos vulneráveis socialmente. A atribuição da ColInfo nas bibliotecas públicas e comunitárias



é fundamental para a inclusão social, pois como visto no decorrer do trabalho, a biblioteca pública assim como a comunitária são espaços de informação para atender a todas as pessoas e democratizar e disseminar o acesso à informação. Assim, universalizando a informação e sendo um espaço equitativo.

No âmbito da literatura como educar principalmente os mais jovens, com o uso de acervo de literatura infanto-juvenil, é um meio para entender a os grupos minorizados socialmente, o uso dos livros do acervo CriaFem, em que desde cedo abordar questões como feminismo seria forma natural, e assim, o estigma com tais temáticas se torna cada vez mais ínfimo, quando a abordagem segue desse modo.

Ainda da informação social, o conceito de leitores de mundo se reforça dentro do contexto de que todo e qualquer cidadão, sobretudo daqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade social, em que se encontram, muitas vezes, à margem da sociedade, logo, a informação muitas vezes é adquirida só pelas vivências. Assim, com as bibliotecas públicas e comunitárias servem de apoio à vida dessas pessoas.

Embora, a existência de projetos como o CriaFem, dentre outros, o conhecimento de mundo também é válido, não só pelo fator intrínseco do conhecimento, bem como são conhecimentos que perpassam a literatura e que agregam as gerações, ainda que o conhecimento científico seja importante, o “conquistado” traz a sociedade demais visões que tornam a sociedade ímpar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Larisse Macêdo de; FARIAS, Gabriela Belmont de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Empoderamento e protagonismo social na práxis bibliotecária. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1274/1207>. Acesso em: 31 jul. 2024.

ALVES, Clara. **Conectadas**. São Paulo: Seguinte, 2019.

ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). Association of College and Research Libraries (ACRL). **Presidential Committee on Information Literacy: Final Report**, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 30 jul. 2024.



BOJUNGA, Lygia. **A bolsa amarela**. 36. ed. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2021.

BRUEL, Christian. **A história de Júlia e sua sombra de menino**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2020.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, Jul.-Dez./94. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/38274>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CANDAU, V. M. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. Especial, p. 678–686, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54949. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949>. Acesso em: 2 ago. 2024.

COSTA, Marco Aurélio. *et.al.* **Vulnerabilidade social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8257>. Acesso em: 3 jul. 2024.

COLASANTI, Marina. **A moça tecelã**. São Paulo: Global, 2014.

FERNANDEZ, Cida; MACHADO, Elisa; ROSA, Ester. **O Brasil que lê**: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores. Olinda: CCFL; Brasil: RNBC, 2018. Disponível em: <http://cclf.org.br/project/o-brasil-que-ler-bibliotecas-comunitarias-e-resistencia-cultural-na-formacao-de-leitores/#:~:text=PUBLICA%C3%87%C3%95ES-%20Brasil%20Que%20L%C3%AA%3A%20Bibliotecas%20comunit%C3%A1rias%20e%20resist%C3%Aancia%20cultural%20na,RNBC%20na%20pesquisa%20de%20campo>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.

GARRIDO, M. V.; AZEVEDO, C.; PALMA, T. Cognição Social: Fundamentos, formulações actuais e perspectivas futuras. **PSICOLOGIA**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 113–157, 2011. DOI: 10.17575/rpsicol.v25i1.282. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/282>. Acesso em: 30 jul. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HOOKS, bell. **Ensinando o pensamento crítico**: sabedoria prática. Tradução de Bhuvli Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.



IFLA; UNESCO. **Manifesto da biblioteca pública IFLA UNESCO 2022**. Colaborador e tradutor: FEBAB. 2022. Disponível em:

<http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 26 jun. 2024.

LUCCA, Djuli Machado de; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação e suas raízes teórico-epistemológicas da ciência da informação: em foga, a fenomenologia. **Perspectiva da Ciência da Informação**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 22–48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/25503>. Acesso em: 4 jul. 2024.

MALLMANN, Patrícia S. P. Biblioteconomia social e decolonização do saber: formação e desenvolvimento de acervos de bibliotecas como prática de mediação de informação afro-brasileira e africana. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 22, n. 2, p. 13-38, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/21091>. Acesso em: 22 jul 2024.

MIRANDA, Ana Maria Mendes; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Enfrentamento a desigualdade informacional de gênero: ações de competência em informação promovidas em bibliotecas. **Encontro Nacional de pesquisa e pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB)**, Aracaju, p. 1-18, nov. 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/257982>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MONTES, Graciela. *Buscar indícios construir sentido*. Bogotá: Babel Libros, 2018. Disponível em: https://issuu.com/solislunadesigneditora/docs/buscar_indicios. Acesso em: 2 ago. 2024.

NYONG’O, Lupita. **Sulwe**. Ilustrações de Vashti Harrison. Tradução Rane Souza. Rio de Janeiro: Rocquinho, 2021.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Tayó em quadrinhos**. Ilustrações de Amora Moreira. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educ. rev.**, 2010. vol. 26, no. 1, p. 15-40, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2024.

OTTONICAR, S. L. C.; *et al.*. Competência em informação no âmbito da comunidade lgbtq: um levantamento das publicações científicas nacionais e internacionais. **Informação & Informação**, v. 24, n. 1, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/110693>. Acesso em 24 jul. 2024.

PELLEGRINI, E.; VITORINO, E. V.; HERRERA, K. M. Competência em informação e empoderamento feminino. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, n., 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/217774>. Acesso em: 26 jun. 2024.



PINTO, C. R. J. P. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, L. P. Bibliotecas comunitárias: dispositivos de ação. In: PINTO, F. A. Dispositivos culturais e espaços de memória. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013, p. 24-39. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/303>. Acesso em: 2 jul. 2024.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; KARPINSKI, Cezar; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação como forma de pedagogia decolonial e intercultural: construindo significados. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 1-24, 2021. DOI: [10.18617/liinc.v17i2.5750](https://doi.org/10.18617/liinc.v17i2.5750). Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5750>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. *Inclusão Social*, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/80459>: Acesso em: 24 jul. 2024.

SILVA, Aline Gonçalves da; OLINTO, Gilda. Diferenças de gênero no uso das tecnologias da informação e da comunicação: um estudo na Biblioteca Parque de Manguinhos. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/28057>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SILVA, A. L. A.; VITORINO, E. V. Estrutura de um programa de desenvolvimento da competência em informação para população lgbti+: atitudes, comportamentos, habilidades, valores e conhecimentos. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 17, n., 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/228700>. Acesso em: 26 jun. 2024.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Institucionalização da Biblioteconomia Progressista e Crítica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 432-457, jan/mar. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109063/64341>. Acesso em: 26 jun. 2024.

TAUBMAN, Andrea Viviana. **Não me toca seu boboca!**. Ilustrações por Thais Linhares. 7. ed. Belo Horizonte: Aletria, 2021.

TESAURO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014. Disponível em: <http://sitehistorico.ibict.br/publicacoes-e-institucionais/tesauro-brasileiro-de-ciencia-da-informacao-1/tesauro-brasileiro-de-ciencia-da-informacao>. Acesso em: 25 jul. 2024.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 11. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.



TOKITAKA, Janaína. **Pode Pegar**. São Paulo: Boitempo, 2017.

UNESCO thesaurus. **Vocabulary informartion**. [S.l]: UNESCO, 2024. Disponível em:
<https://vocabularies.unesco.org/browser/thesaurus/en/>: Acesso em: 25 jul. 2024.

XAVIER, Rodrigo Romão. **Ilha das lágrimas**. Ilustrações de Luciana Bicalho. Curitiba:
Editora Caqui, 2020.